



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS**

LYA DE AQUINO SILVA

**A PROBLEMATIZAÇÃO DA BRANQUITUDE COMO MECANISMO PARA UMA
ALFABETIZAÇÃO ANTIRRACISTA**

Redenção

2017

LYA DE AQUINO SILVA

**A PROBLEMATIZAÇÃO DA BRANQUITUDE COMO MECANISMO PARA UMA
ALFABETIZAÇÃO ANTIRRACISTA**

Projeto de pesquisa apresentado como requisito para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão no Curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira.

Orientador: Prof. Dr. Lourenço da Conceição Cardoso

Redenção

2017

SUMÁRIO

1	TEMA.....	4
2	DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	6
3	INTRODUÇÃO.....	6
4	PROBLEMATIZAÇÃO.....	10
5	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	11
6	ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	18
6.1	TEORIA.....	18
6.2	TÉCNICAS DE PESQUISA.....	18
7	CRONOGRAMA.....	20
8	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	21

1 TEMA

O tema deste projeto de pesquisa é a identidade branca¹. Então, fica subentendido que os artigos, livros e documentários usados para análise serão analisados com a intenção de coletar elementos para se entender melhor a branquitude em nosso contexto. A branquitude não se trata de um movimento de afirmação racial, tal qual a Negritude, mas de uma identidade construída histórico e socialmente, sendo referida a identidade “racial” branca, se caracteriza pelas vantagens simbólicas e materiais que os sujeitos brancos recebem. Essa construção social começou a ser feita durante o auge do colonialismo europeu, nos séculos XVI e XVII, e posteriormente no séc. XIX para legitimar a ação europeia de dominação dos povos da África, da América, da Oceania e da Ásia. A legitimação gerou consequências até hoje sentidas, como a enraização da ideia de que a identidade branca é um padrão a ser alcançado e mantido, e todos os que não fizerem parte desse modelo ou se opuserem a ele seriam considerados inferiores, indignos.

A partir desse pressuposto, pode-se perceber algumas percepções, do imaginário social do século XVI sobre as relações raciais que ainda permanecem presentes, entretanto, com um pouco mais de sutileza no que diz respeito a atos de racismo e preconceito. Desta forma, as pesquisas sobre relações raciais na academia, em sua maioria, tratam sobre a negritude, racismo e preconceito de forma unilateral, analisando somente suas consequências para quem enfrenta essa reprodução constante de pensamentos racistas, ou seja, os negros e não se preocupando em analisar os que praticam. No século XXI, em uma sociedade racista como a brasileira, as nuances do racismo se tornam invisíveis, por não se mostrarem de forma explícita, se construindo de maneira sutil ao longo dos séculos até se tornarem naturais. A branquitude seria na verdade, uma teoria que trata sobre

¹ A autora deste projeto de pesquisa é Lya de Aquino Silva, graduanda do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Orientada pelo Professor Doutor Lourenço da Conceição Cardoso, o presente trabalho segue a área temática nos estudos da branquitude, abordando assuntos como racismo, identidade racial branca, educação antirracista e resistência.

o outro lado das relações raciais, colocando em questão os brancos e seus privilégios raciais. Por esta razão Guerreiro Ramos argumentou que teorias sobre as relações raciais no Brasil são, na verdade, uma sociologia “sobre o negro brasileiro” (Ramos, 1995 [1957]c, p. 163-211).

Este projeto se propõe a tratar sobre a relação da branquitude com a falta de discussão dentro das escolas sobre o preconceito racial, o racismo e suas práticas. Muitas das escolas no território brasileiro pouco fazem acerca de debates de temas tidos como polêmicos para a sociedade conservadora. Muitas delas preferem ignorar o preconceito e tratá-lo como se fosse uma piada muito antiga, daquelas que são ouvidas muitas vezes, mas que pouco se reflete sobre elas. Reconhecer que a branquitude, atravessou os muros da escola e entrou nas salas de aula, sem pedir licença, seria uma forma de tratar o tema das relações raciais por outro ponto de vista. Tratar o racismo para além da luta exclusiva do povo negro, debatê-lo em sala olhando por todos os vieses possíveis, e principalmente, tratá-lo como um problema que atravessou séculos e séculos, mas que ainda é visto como uma questão do negro, isto é, ignorar, isentar, a participação branca na construção de todo um imaginário social e racial de um país.

Essa ideia parte do pressuposto da necessidade de se ter a criação de uma nova alfabetização escolar nacional, uma alfabetização que crê que da mesma forma que o racismo pode ser aprendido na infância, ele também pode ser desaprendido nela, e em sala de aula. Discorrer sobre a branquitude e os desafios que dela surgem em sala de aula, seria libertador no que diz respeito a criação de uma pedagogia que realmente abalasse os alicerces da europeização do ensino. Como forma de desconstruir a ideia da supremacia branca propõe-se a aplicação de uma educação antirracista, para ajudar a desconstruir a branquitude. Sabemos que a educação antirracista não vai resolver todas as tensões raciais da sociedade brasileira, mas seria uma nova forma de alfabetizar racialmente aqueles que ingressarão, e permanecerão na escola da infância à juventude. Uma alternativa para se combater o racismo, partindo para a tentativa de desconstrução do preconceito logo nos primeiros anos escolares, onde as crianças estão começando a formar seus valores.

2 DELIMITAÇÃO DO TEMA

O estudo da branquitude como mecanismo para se seguir em direção a uma alfabetização antirracista.

3 INTRODUÇÃO

Um dos problemas sociais que atormentam o país brasileiro é o racismo, essa prática é uma ideologia que se orienta na premissa de que no mundo existem pessoas superiores e inferiores. As pessoas que tomam isso como base de seu pensamento, são conhecidas como racistas. “Para ser racista, coloca-se como postulado fundamental a crença na existência de “raças” hierarquizadas dentro da espécie humana. [...] no pensamento de uma pessoa racista existem raças superiores e inferiores.” (MUNANGA, 2012(a), p. 15). Assim, ao ser praticada instaura uma hierarquia racial na sociedade em que ela se faz presente. Com relação a isso, poderíamos dizer que o racismo hoje não necessitaria mais do conceito de raça ou da variante biológica, ele se reformula com base nos conceitos de etnia, diferença cultural ou identidade cultural, mas as vítimas de hoje são as mesmas de ontem e as raças de ontem são as mesmas de hoje.”

Desta forma, esta pesquisa é de suma importância para a população como um todo, devido à tendência que a sociedade tem de sempre crer na ideia do mito da democracia racial. Essa ideia de uma suposta igualdade racial fez com que uma ideologia se estabelecesse no Brasil, e fosse permeando pouco a pouco na sociedade, esta que se orgulha em alegar perante todos que não admite a ação discriminatória injusta (CARDOSO, 2008). Deve-se ter em mente que as formas do racismo muitas vezes não se mostram explicitamente, elas foram se construindo sutilmente ao longo dos séculos, ao mesmo tempo em que houve, também, a construção do termo branquitude. Esta que não se trata necessariamente da pessoa de cor branca, mas sim de uma identidade que foi historicamente moldada em relação aos brancos, e que é perpassada de geração a geração. A branquitude seria um patamar onde quem é branco usufrui de determinadas vantagens, fazendo com que haja a perpetuação do preconceito e da discriminação injusta, e que sua reprodução seja garantida. Para Ruth Frankenberg, a branquitude é definida como

“Um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros, e a si mesmo, uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo”. (Frankenberg, 1999, p.70-101)

Pode-se observar que muitos dos que se escondem atrás de sua branquitude, pois sabem que não vão ser punidos, usam isso para dar voz a pensamentos que consideram como “liberdade de expressão”, mas na verdade são preconceitos escritos ou falados de uma parcela da população que tem conhecimento de que recebem da sociedade vantagens simbólicas, e materiais.

A aproximação com o tema veio desde que comecei a acompanhar as pesquisas acadêmicas envolvendo essa linha de pesquisa, comecei lendo sobre os principais autores que discorriam sobre esse tema; os trabalhos bibliográficos feitos a respeito das relações raciais me levam a supor que tratar o branco como objeto de pesquisa não é levado muito em questão. Problematizar a branquitude e sua relação com a educação seria um prisma ainda mais difícil de olhar.

Ademais, ao ingressar na universidade, pude conhecer o mundo da pesquisa científica na área das humanidades. Ao passar do tempo do meu comparecimento nesse ambiente, conheci uma ferramenta nomeada de Google Acadêmico que é um instrumento de busca eletrônica que possibilita discentes e docentes a encontrarem artigos científicos que tragam conhecimento atual, autêntico, leva muito em conta a qualidade da informação disponível, e me proporcionou buscar se o que eu achava na minha adolescência era verídico ou não, e em meio a várias pesquisas e leituras, percebi que eu não era a única a observar a não percepção da universalização da perspectiva da identidade branca dentro das escolas, que está disseminando o mesmo pensamento, onde somente um lado está sendo exposto, muitas vezes sem tratar das questões raciais dentro das escolas, estimulando ainda mais a disseminação do mito da democracia racial, e transformado em artigos, monografias, dissertações e em livros.

Para a autora Nilma Lino Gomes, o mito da democracia racial pode ser entendido

[...] como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do

racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento. Esse mito pretende, de um lado, negar a discriminação racial contra os negros no Brasil, e, de outro lado, perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminações construídas sobre esse grupo racial. Se seguirmos a lógica desse mito, ou seja, de que todas as raças e/ou etnias existentes no Brasil estão em pé de igualdade sócio-racial e que tiveram as mesmas oportunidades desde o início da formação do Brasil, poderemos ser levados a pensar que as desiguais posições hierárquicas existentes entre elas devem-se a uma incapacidade inerente aos grupos raciais que estão em desvantagem, como os negros e os indígenas. Dessa forma, o mito da democracia racial atua como um campo fértil para a perpetuação de estereótipos sobre os negros, negando o racismo no Brasil, mas, simultaneamente, reforçando as discriminações e as desigualdades raciais. (GOMES, 2005, p. 57).

E é em meio a percepção dessa desigualdade racial que os estudos sobre a branquitude vem se tornando relevantes para entendermos o porquê se estuda as diferenças raciais sempre dando ênfase ao oprimido e nunca o opressor, tratando dessas diferenças sempre como um problema para o negro que enfrenta a discriminação injusta e nunca para o branco que a pratica. Um dos autores a pesquisar nesse sentido foi Guerreiro Ramos (1957a,b,c) que considerou de extrema importância problematizar também o branco, seus estudos mudaram a ótica unilateral existente, feita por pesquisadores brancos que colocavam sempre o negro em questão.

Portanto, vale ressaltar que o projeto de pesquisa que ora proponho visa aprimorar a abordagem sobre as construções acadêmicas que discorrem sobre a temática da branquitude. Mantendo o foco em um dos temas das relações raciais. Por ser um tema que poucos autores se propõe a tratar, resolvi inovar indo em busca de um assunto ainda não tratado dentro dessa temática. Pretendo analisar em meu projeto uma linha de pesquisa ainda pouco pesquisada, apesar da pequena quantidade de trabalhos brasileiros a respeito da branquitude, e os elaborados até o momento tratam do tema em uma perspectiva das regiões mais central do país.

Ou seja, a bibliografia que fala sobre a branquitude em São Paulo e em outras cidades consideradas centrais é um pouco mais vasta se considerarmos os trabalhos feitos sobre outros lugares, todavia neste projeto proponho como objetivo principal tentar analisar as manifestações da branquitude cearense e sua relação

com a educação, tendo a visão de uma estudante que mora no interior do estado do Ceará.

Quando se analisa o sistema educacional brasileiro percebemos que este possui suas bases estruturadas nos moldes europeus, e mesmo que indiretamente ajuda a transmitir uma perspectiva racista aos alunos que irão receber os livros de história, por exemplo, mas que ao abrir os livros não encontrarão uma visão imparcial da história do mundo, e sim uma visão onde a humanidade só se “desenvolveu” graças a boa vontade dos europeus. E colocando seus lados pejorativos como meros efeitos colaterais do desenvolvimento humano, justificando assim a escravidão e o colonialismo. Esse sistema educacional imparcial cria alunos que reproduzirão o que for dito por eles, fazendo com que uma perspectiva eurocêntrica na educação se torne natural, naturalizando também futuros adultos com perspectivas racistas. O que é ainda mais grave, pois a escola mascara essa imparcialidade e os alunos um dia crescerão e serão os próximos a mascarar seu racismo.

Estudar a branquitude trata se de reconhecer que a identidade do branco foi socialmente construída pelo próprio branco, e que esta, lhe confere vantagens raciais. Um dos fins deste projeto é identificar por qual motivo é tão difícil reconhecer o branco como um agente responsável pela discriminação racial injusta. E isso só será possível se pessoas que há muito se escondem atrás de sua branquitude, a reconheçam. Ao relacionar branquitude e educação, percebemos que o estudo do primeiro é o ponto de partida para se seguir em direção a uma educação antirracista, pois mesmo com livros estruturados nos moldes europeus, os professores que observam o outro lado da discriminação injusta, que observam o opressor ao invés do oprimido talvez possam tentar desconstruir essa ideia que foi fixada socialmente, principalmente se essa sociedade já baseou sua economia no regime escravista e ainda está lidando com as suas consequências.

Neste momento compete expor que um dos objetivos específicos deste trabalho será analisar alguns trabalhos acadêmicos feitos por autores, que se preocupam em tratar sobre o tema relações raciais e branquitude, para verificar se as obras possuem elementos que relacionem seu conteúdo ao que é dado nas aulas, tendo o propósito de saber porque é tão difícil responsabilizar a branquitude como uma agente no processo discriminatório. Contribuir para o embasamento dos estudos relacionados à identidade branca, identidade negra, racismo e educação escolar;

Buscar formas de resistência nas obras feitas pelos autores, nos documentários, em revistas, livros e outros meios que foram analisados, argumentando no viés das relações raciais. E Identificar os estereótipos estabelecidos pela academia através da imposição do padrão de que o branco pode pesquisar o negro, o negro pode pesquisar sobre sua própria raça, mas ao pesquisador negro fica difícil a tarefa quando se propõe pesquisar o branco.

4 PROBLEMATIZAÇÃO

Pardo, branco, preto, indígena e amarelo são as opções de reconhecimento racial propostos nos censos e questionários feitos no Brasil, com o intuito de fazer com que quase 200 milhões de brasileiros se identifique com uma dessas cinco opções. Temos a necessidade de nos declarar, de nos identificar com algo. E no tocante a auto declaração racial há muito o que se dizer e o que se levar em conta.

Vale salientar que neste projeto algumas questões serão tratadas e outras serão feitas sem certeza de alcançar uma resposta que satisfaça a todos os que o lerem. A primeira questão, e ousar dizer que se trata da questão principal que norteia este trabalho, é uma das perguntas que mais me faço ao ler sobre o tema branquitude. Como se daria o processo de se analisar o branco, em um estado, que em sua maioria, se considera pardo?

Em um estado como o Ceará, onde poucos se autodeclaram negros e muitos se auto reconhecem como pardos, fica visível o crescimento cada vez maior do fenômeno de empardecimento, e conseqüentemente, de embranquecimento da população cearense. Ao ler e analisar as obras já feitas a respeito do tema, gostaria de propor uma pequena análise acerca da branquitude cearense. Neste momento utilizarei o termo estado pardo, que seria uma identificação para o fenômeno do empardecimento que ocorre no Ceará. Como hipótese, e em hipótese, como seria começar a pensar o branco cearense?

Proponho que essa análise seja feita em campo, pois algumas pesquisas desse tema foram feitas em estados considerados mais centrais, onde as questões raciais são mais evidentes, entretanto, seria necessário mais tempo e mais trabalho de campo para de detalhar melhor a branquitude no Ceará. Haja vista que as relações raciais cearenses sejam marcadas profundamente pela ideia do pardo e do

branco. Agora porque o aumento de pessoas que se consideram pardas? Uma das possíveis respostas seria em virtude do ideal de democracia racial. Outra possível resposta seria a emergência de uma nova versão da política de branqueamento, se tratando de uma renovação do que foi a política de branqueamento do início do século passado. Não mais tentando resolver o problema da grande quantidade de negros no país, mas buscando de certa forma de transformar o branqueamento em um projeto que teve suas origens ideológicas na branquitude brasileira.

5 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Um estudo pioneiro: Guerreiro Ramos.

Para se compreender o Brasil, ou pelo menos uma grande parte dele, é preferível que se tente analisar as nuances das relações raciais. Muitas pesquisas acadêmicas brasileiras mostram um padrão no que diz respeito ao tema das relações raciais, muitas delas demonstram fazerem parte daquele núcleo de pesquisas unilaterais. Onde o negro se torna o objeto da pesquisa, um alvo a ser desnudado, mas o outro lado das relações permanece uma interrogação, quase sempre no anonimato. Como uma espécie de narrador de uma peça teatral, que raramente ou quase nunca aparece, mas que é dado o poder a ele de narrar a história do outro, como se fosse a sua, como se a história do outro tivesse mais legitimidade contada pelo narrador do que pelos personagens principais da história.

Assim acontece com a história ocidental, que é contada na perspectiva, e de forma hegemônica, pelo branco. A analogia da peça teatral foi feita para representar como a história das relações raciais é contada no Brasil, onde os acadêmicos pesquisam muito sobre o negro, mas pouco pesquisam sobre o branco. Mesmo tendo em vista que para haver relação racial é preciso que haja a interação de, pelo menos, duas raças diferentes. Todavia, nas discussões, geralmente, um só lado é analisado, o lado negro, o outro lado, o lado branco permaneceu neutro, invisível.

Essa situação nos leva a questionar por que deveríamos pensar sobre o branco? O branco também não precisa ser questionado ou pensado? A branquitude não precisa ser exposta assim como a negritude?. Entretanto, ser branco no Brasil,

em geral, significa não pensar muito sobre sua pertença étnica ou racial, não se questiona a identidade branca, pois intimamente se considera uma questão a qual todos os brancos não deveriam pensar, como se fosse uma pergunta que todos, brancos e não-brancos, deveriam saber a resposta.

Todavia, foi o célebre autor de *Casa Grande & Senzala* (1933), Gilberto Freyre, que fez a primeira utilização do termo branquitude, fazendo uma analogia ao conceito de negritude, que significaria a identidade racial negra, e por sua vez, a branquitude significaria a identidade racial branca (CARDOSO, 2008). Enquanto a maioria dos trabalhos acadêmicos tratam sobre o tema branquitude somente a partir da década de 1990, especialmente nos Estados Unidos, Alberto Guerreiro Ramos, tem essa preocupação ainda em 1957, em seu ensaio *Patologia social do “branco” brasileiro* que foi publicado no mesmo ano, recebendo o mérito de pioneiro nos estudos sobre branquitude por se preocupar com a problematização do branco brasileiro, pois procura o outro lado da história ao pensar o branco, já que a perspectiva da história e, conseqüentemente, das relações raciais mantém a tradição acadêmica do negro objeto, já que o pesquisador branco resiste em se colocar como objeto de análise.

Pesquisar o branco gera grande incômodo, e esse incômodo tende a aumentar se esse pesquisador for negro, pois seria como se o “objeto tradicional” quisesse desnudar seu “pesquisador”. Guerreiro Ramos, sociólogo e político brasileiro, ainda em seu trabalho *Patologia social do “branco” brasileiro* faz a utilização do termo brancura que remete a corporeidade, traços como o formato dos lábios, o tamanho no nariz e outros aspectos físicos que fariam uma pessoa ser socialmente classificada como branca (CARDOSO, 2010). A brancura seria uma característica da branquitude, todavia, uma pessoa que se considera branca pode ou não possuir brancura.

A tese central desse trabalho trata que existe na sociedade brasileira uma patologia social do “branco” onde tudo que remete ao negro, ou a cultura negra, tenha uma imagem depreciativa e seja considerado inferior em detrimento das outras perspectivas que consideram tudo relacionado a identidade racial branca como algo superior e positivo. Ou seja, o brasileiro se envergonharia e rejeitaria qualquer relação com o negro, seja ela biológica ou cultural. O autor nesse artigo defendeu que essa negação da ancestralidade negra é devido as conquistas brancas no âmbito intelectual e econômico na história mundial, fazendo com que se

houvesse um branqueamento e empardecimento gradual da população, onde o negro passasse a se declarar como pardo e o pardo como branco, e o branco brasileiro se tornaria cada vez mais próximo ao branco norte-americano ou ao branco europeu. Desta forma, se daria então extinção da classificação negra, pois segundo o autor quanto mais perto da cultura “branca” melhor seria para a pessoa. Em síntese, o negro se tornaria “pardo”, o pardo seria “branco” e o branco, que não aceitava qualquer relação com as duas outras raças, desejaria se tornar um “psedobranco” europeu ou norte-americano, já que a ideia da hierarquização racial entre os países colonizadores ainda tinha influência (CARDOSO, 2008, 2014).

Segundo Guerreiro Ramos a rejeição do negro e de sua cultura teria tendência a diminuir conforme a distância que o Brasil teria das lembranças evocadas pelo processo de escravidão, contudo, não foi isso que ocorreu. Com o passar do tempo os meios midiáticos ainda reproduzem na maioria de suas obras o mesmo pensamento colonial sobre o negro. A televisão, como um dos meios mais utilizados pela população brasileira, tende a contribuir para que a visão do negro colonial ainda permaneça, e reproduz a ideia de que o negro ainda é um ser sem valor, por exemplo, nas vezes que um negro aparece em uma telenovela seu personagem, geralmente, é um personagem subalterno.

Além do que, o movimento negro procura buscar formas de reproduzir uma identidade negra que seja positivada pelos próprios negros, se associando as lembranças do processo escravizador como forma de ir contra a própria escravidão ao relembrar as formas de resistência contra este processo. Portanto, de acordo com Guerreiro Ramos, a positivação da imagem negra se torna uma das principais ferramentas da Frente Negra Brasileira contra a sociedade racista, pois é através da negritude que o negro recebe uma noção positivada, deixando de se enxergar como um ser sem valor, um ser inferior.

Não obstante, para a sociedade como ser negro é ser sem valor, logo ser branco, automaticamente, já significa ser alguém de valor, tendo em vista que mesmo com o passar do tempo no imaginário social as características morais estão intrínsecas na cor da pele. O sujeito branco seria aquele que possuiria todas as características morais louváveis como: inteligência, ética, etc. Enquanto ao sujeito negro seria designado as características pejorativas.

Com a emergência dos estudos sobre a branquitude, os brancos que questionam publicamente o racismo passam a falar sobre seus privilégios materiais

e simbólicos, contudo, o branco consciente ou não do recebimento de privilégios vai continuar a recebê-los em uma sociedade que é marcada profundamente nos moldes racistas como a brasileira. Alguns acadêmicos brancos, geralmente aqueles que pesquisam sobre o negro, com a emergência desses estudos passam a desenvolver uma branquitude crítica, que o historiador Lourenço Cardoso caracteriza como sendo uma branquitude que desautoriza o racismo publicamente, porém essa mudança só ocorreria após profunda reflexão sobre seu lugar racial (CARDOSO, 2008, 2010).

O branco pode não se enxergar racialmente por não se problematizar, já que raramente é questionado ele não procura se aprofundar, seja por isso ou pela falta de interesse, a questão é que ele não se problematiza porque isso não se coloca como necessário para o branco. O branco tende a permanecer na invisibilidade, mas se colocado em contraste com o outro não-branco ele passa a ser visível, o branco sempre foi branco para o negro, sempre visto como aquele grupo que não precisa se afirmar branco.

A branquitude no Brasil: pesquisa documental

No Brasil a partir da década de 1990 a branquitude tornou-se um tema emergente nas pesquisas acadêmicas, mesmo com Alberto Guerreiro Ramos sugerindo a problematização do branco ainda em 1957. Mais de trinta anos após a publicação do trabalho pioneiro de Guerreiro Ramos, alguns autores se diferenciaram nas pesquisas sobre relação raciais ao tratar sobre este tema, apesar de ainda serem poucos seus trabalhos são relevantes. Na análise de literatura sobre a compreensão da identidade racial branca, Cardoso (2008) encontrou os seguintes intelectuais: Alberto Guerreiro Ramos, (1995[1957]a); Edith Piza (2000: 97-125; 2002: 59-90); César Rossato e Verônica Gesser (2001: 11-37); Maria Aparecida da Silva Bento (2002a: 1-10; 2002b: 25-57; 2002c: 147-162); Liv Sovik (2004b: 315-325). Entre eles podemos incluir os seus Cardoso (2008; 2010 e 2014).

O trabalho de Ramos (1957a,b,c) como já foi supracitado foi de extrema importância nas pesquisas sobre as relações raciais como o primeiro a questionar e pensar o branco e sua branquitude em *'Patologia social do "branco" brasileiro'* em 1957, sendo republicado em 1995. Após a publicação deste trabalho, outros autores passaram a seguir a mesma linha de pensamento e pesquisaram sobre a

branquitude no Brasil. Seguindo a linha cronológica de publicações temos a autora Edith Piza que trata da suposta ideia de que a invisibilidade racial branca seja uma das principais características da branquitude, em seus trabalhos *“Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu”* (PIZA, 2000) e *“Porta de vidro: entrada para a branquitude”* (PIZA, 2002), onde a autora aborda o sentido de ser branco na sociedade brasileira. A autora compara metaforicamente o encontro do branco com sua identidade racial como uma pessoa desavisada e distraída que bate em uma porta de vidro.

[...] bater contra uma porta de vidro aparentemente inexistente é um impacto fortíssimo e, depois do susto e da dor, a surpresa de não ter percebido o contorno do vidro, a fechadura e os gonzos de metal que mantinham a porta de vidro. Isso resume, em parte, o descobrir-se racializado, quando tudo o que se fez, leu ou informou (e formou) atitudes e comportamentos diante das experiências sociais, públicas e principalmente privadas, não incluiu explicitamente nem a mínima parcela da própria racialidade, diante da imensa racialidade atribuída ao outro. (PIZA, 2002, p. 61).

Nos dois artigos de Piza é tratada a ideia de invisibilidade racial do grupo branco. Através da metáfora Porta de vidro, que a autora salienta que o branco por não se enxergar como ser racializado tende a não se questionar, sempre estando atrás de sua “capa de invisibilidade”, entretanto, uma das alternativas que Piza dá para que haja a supressão dos traços racistas na construção de uma nova branquitude, seria a do branco passar a se enxergar sua própria racialidade, assim como enxerga a racialidade do não branco. Ou seja, a consciência de si só é possível quando há o outro. A ideia de invisibilidade racial é defendida por alguns autores que segue nessa direção em seus trabalhos acadêmicos (Ware, 2004a: 34; Frankenberg, 1996b: 70-101; Rachleff, 2004 : 108), porém esse tema tem causado divergências no que diz respeito ao branco enxergar-se ou não como sendo possuidor de racialidade, e outros autores (Frankenberg, 2004: 307-338, Wray: 2004: 353), cujas opiniões a esse respeito eu concordo, com aqueles que defendem que a ideia de invisibilidade racial branca é errônea.

A própria Ruth Frankenberg acabou por rever seus conceitos, e agora afirma que a identidade racial não marcada dos indivíduos brancos não se sustenta. Matt Wray por sua vez vai discorrer que a ideia do branco invisível acaba por beneficiar, e neutralizar, novamente a perspectiva dos brancos, pois como estes não teriam

autoconsciência de sua racialidade nem de suas vantagens simbólicas e materiais, não teriam condições de se problematizar. Esse autor afirma que essa branquitude invisível deixa de ter essa característica ao serem colocados em contraste o branco rico e o branco pobre, bem como, o branco dos países ricos e o branco dos países pobres. Para o autor,

[...] na lógica representacional da supremacia branca, os brancos pobres são percebidos como uma anomalia ameaçadora. São percebidos como anômalos porque, supostamente, não exibem a competitividade econômica, a aquisitividade material nem a inteligência condizentes com a raça superior. (...) Em suma, eles podem parecer brancos à primeira vista, mas há qualquer coisa de errado em sua branquitude, qualquer coisa que não é muito branca (WRAY, 2004, p. 342).

O artigo de César Rossatto e Verônica Gesser, *A experiência da branquitude diante de conflitos raciais: estudos de realidades brasileiras e estadunidenses*, que trata da branquitude enquanto tema de pesquisa analítica no Brasil e nos Estados Unidos. Para esses autores o conceito de branquitude seria de suma importância no processo da luta antirracista, e destacam a importância da educação para a conquista de resultados favoráveis à luta desde que houvesse a aplicação de uma pedagogia que contribua para que o padrão racial seja revisto. (Rossatto e Gesser: 2001: 11-37). Sabe-se que a educação é uma das principais ferramentas de mudança social, portanto, seria um dos principais métodos proposto por aqueles que defendem uma sociedade antirracista. Sobretudo se passar a abordar temas que se tornaram “tabus” na sociedade, como por exemplo, a educação de gênero, diversidade sexual e letramento racial. As escolas brasileiras seguem um padrão eurocêntrico de ensino e colocar a discussão de gênero ou racial dentro de sala de aula seria uma forma de abalar esse padrão, que foi perpassado de geração para geração.

O texto *Branqueamento e branquitude no Brasil* (BENTO, 2002) argumenta trazendo a reflexão dos estudos sobre a branquitude e relacionando-os com a realidade brasileira. No Brasil, o branqueamento é tido como um problema unicamente do negro, que no momento em que se sentir desconfortável e constrangido em sua situação de negro, deve procurar meios para branquear sua negrura, miscigenando-se para distanciar-se, biológica e culturalmente, das

características de sua identidade racial. Na verdade, para Bento, “...quando se estuda o branqueamento constata-se que foi um processo inventado e mantido pela elite branca brasileira, embora apontado por essa mesma elite como um problema do negro brasileiro” (BENTO, 2002, p. 25).

Desta forma, a supremacia branca é legitimada, as desigualdades são justificadas, pois se culpa o negro pelo racismo e preconceitos que estes enfrentam. Esse processo fermentado em uma sociedade racista, como a brasileira, culmina na valorização do grupo branco e de tudo relacionado a ele, e na depreciação da imagem e de tudo que é ligado ao negro. Os artigos de Liv Sovik demonstram que os estudos na área de comunicação social são imprescindíveis para as pesquisas científicas sobre branquitude. A autora enquanto pesquisadora desta área reflete sobre o papel dos meios midiáticos para a reprodução de estereótipos que depreciam a imagem do negro e permanecem favoráveis aos brancos. Crítica, também, o argumento de que discutir a respeito da branquitude no Brasil seria importar uma ideia estrangeira. Pensar sobre a branquitude em um país como o Brasil, com todas as suas singularidades, pode colaborar para se entender melhor as sutis formas de racismo na sociedade brasileira (Sovik, 2004a, p. 384).

Segundo demonstra o pesquisador Lourenço Cardoso, a branquitude, como tema de pesquisa analítica, emergiu a partir dos anos 2000, não deixando de salientar a importância de Guerreiro Ramos como precursor do debate sobre a identidade branca ainda na década de 1950. Cardoso aponta, em sua dissertação de mestrado, que a branquitude se caracterizaria por dois eixos: a branquitude crítica e a branquitude acrítica. Designa como possuidor de uma branquitude crítica aquele indivíduo branco que publicamente censura o racismo, entretanto, observo que apesar de consciência de sua identidade racial deter privilégios, e este rejeitar a ideia de superioridade racial, não deixa de ser possuidor de tais privilégios simbólicos. É denominado pelo autor como branquitude acrítica, indivíduos, geralmente vindos de grupos de ultradireita, neonazistas ou membros da *Ku Klux Klan*, que acreditam na veracidade da existência da superioridade da raça branca, não rejeitando as práticas racistas e por vezes sendo violentos. Todavia, a branquitude acrítica não pode ser considerada racista pois estas pessoas realmente acreditam na superioridade branca como sendo um fato, uma verdade absoluta (CARDOSO, 2008). Os termos branquitude crítica e acrítica surgem inspirados pelos *critical whiteness studies*, pesquisas acadêmicas sobre a identidade racial branca

nos Estados Unidos e no Reino Unido. Cardoso (2014) no trabalho de doutorado aprofundou o tema, analisou pesquisadores brancos que estudam o negro, sem olharem para si. Isto é, o branco pesquisador que investiga o negro como objeto. Constatou que o pesquisador branco considerando-se como padrão humano universal único, normativo não possui autocrítica sobre suas práticas científicas, por isso, não questiona o seu lugar como pesquisador e também rejeita ser colocado no lugar de objeto de pesquisa, isto seria uma decaimento de sua condição de branco.

6 ASPECTOS TEÓRICO- METODOLÓGICOS

6.1 TEORIA

Neste momento nos concerne apresentar que a metodologia desta pesquisa é voltada para um estudo com enfoque mais qualitativo dentro da Relações Raciais Brasileiras, analisarei diversas fontes documentais como livros, dissertações de mestrado, artigos e documentários. Recorre a coleta de dados para realizar um apanhado geral sobre a história e utilização da palavra branquitude e o que esta representa no contexto das relações raciais no Brasil.

Logo após, para chegar na questão de analisar, distinguir e identificar os elementos remetentes a relação entre brancos e negros, suas trajetórias e valores simbólicos construídos, histórico e socialmente, farei entrevistas com grupos de pessoas que decidirei futuramente após a pesquisa documental. Isto será necessário para compreender a branquitude cearense, pois não há literatura científica no momento.

Aplicar essa linha de pensamento no âmbito escolar, incluindo professores, alunos, gestão e livros didáticos, é uma forma de testar a seguinte hipótese, problematizar a branquitude contribui para obter uma pedagogia antirracista?

6.2 TÉCNICAS DE PESQUISA

A técnica utilizada para a coleta de dados e análise desse trabalho é a pesquisa bibliográfica, na maior parte do trabalho, sobre isto Gil (2010, p. 29) diz que

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como material disponibilizado pela Internet.

Então, tomando como embasamento o que disse esse Doutor em Ciências Sociais, será analisada também documentários, artigos relacionados com o tema deste projeto e obras voltadas para o assunto das relações raciais com intenção de coletar elementos para certificar se reconhecer a branquitude em sala de aula e nos livros didáticos é ou não uma forma de propagação da educação antirracista em nossa sociedade brasileira por meio desses trabalhos acadêmicos.

7 CRONOGRAMA

ATIVIDADES	Anos 2016/2017- Meses														
	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
Escolha do tema do e do orientador															
Encontros com o orientador															
Pesquisa bibliográfica preliminar															
Leituras e elaboração de resumos															
Revisão															

bibliográfica complementar														
Elaboração do Projeto														
Coleta de dados complementares														
Redação do Projeto de tcc														
Entrega do Projeto ao orientador														
Revisão e entrega oficial do trabalho														
Apresentação do trabalho em banca														

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTO, Maria Aparecida da Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida da Silva (Org.) **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002, p. 25-57(a)

_____. **Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. (Tese de doutorado), São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, 2002(b).

_____. Branquitude: o lado oculto do discurso sobre o negro. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida da Silva (Org.) **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002, p. 147-162(c).

BERND, Zilá. **Racismo e anti-racismo**. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

CARDOSO, C. Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de ciencias sociales, niñez y juventud**. v. 8, p. 607-630, 2010.

_____. **O branco "invisível": um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007)**. [Dissertação de mestrado], Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2008.

_____. **O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil**. [Tese de Doutorado]. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil, 2014.

CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida da Silva (org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

COSTA, Marco Antonio F. da; COSTA, Maria de Fátima Barrozo da. **Projeto de pesquisa: entenda e faça**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CRESWELL, JOHN W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2. ed. revista. São Paulo: Global, 2007.

FRANKENBERG, Ruth. **The construction of white women and race matter**. Minneapolis. University of Minnesota Press, 1999.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48. Ed. Pernambuco: Global Editora, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação Antirracista: caminhos abertos pela Lei federal 10.639/03**. Brasília, MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. P. 39-62.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. Tradução: Roland Corbizer e Mariza Pinto.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.(a)

MUNANGA, K. . NEGRITUDE E IDENTIDADE NEGRA OU AFRODESCENDENTE: um racismo ao avesso?. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as)** - ABPN , v. 4, p. 6-14, 2012(b).

PIZA, Edith. Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu. In: HUNTLEY, Lynn Walker; GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. (Orgs.). **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 97-125.

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida da Silva. (Orgs.) **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002, p. 59-90.

Race, sex and Intimacy I: Mapping a discourse. 1999b. In: FRANKENBERG, Ruth. **White women, race masters: The social construction of whiteness.** USA: University of Minnesota. 1999a.

RACHLEFF, Peter. Branquidade: seu lugar na historiografia da raça e da classe nos Estados Unidos. In: WARE, Vron (org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 97-113.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995[1957](a).

_____. Patologia social do "branco" brasileiro. In: _____. **Introdução crítica à sociologia brasileira.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995[1957], p. 215-240(b).

_____. O problema do negro na sociologia brasileira. In: _____. **Introdução crítica à sociologia brasileira.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995[1957], p. 163-211(c).

ROSSATTO, César; GESSER, Verônica, A experiência da branquitude diante de conflitos raciais: estudos de realidades brasileiras e estadunidenses. 2001 In: CAVALLERO, Eliane. **Racismo e anti-racismos na educação: repensando a escola.** São Paulo: Editora Selo Negro, 2001, p. 11- 37.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo":** raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. [Tese de Doutorado], Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2012.

SOVIK, Liv. 2004a. Aqui ninguém é branco: hegemonia branca e *media* no Brasil. In: WARE, Vron (org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo.** Rio de Janeiro: Garamond, Centro de Estudos Afro-Brasileiros, Universidade Candido Mendes, p. 363-386.

SOVIK, Liv. 2004b. We are family: Whiteness in the brazilian media. **Journal of Latin American Cultural of Studies.** 13 (13), p. 315- 325.

WARE, Vron. (org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004(a).

_____. Introdução: O poder duradouro da branquidade um problema a solucionar. In:

_____. (org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 7-40(b).

WRAY, Matt. Pondo a "ralé branca" no centro: implicações para as pesquisas futuras. In. WARE, Vron (Org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo.** Rio de Janeiro: Garamond. 2004, p. 339-361.

○ Vídeos

VISTA Minha Pele. Direção de Joel Zito Araújo. Coordenação de Hédio Silva Jr, Maria Aparecida Bento e Bel Santos. Intérpretes: Bruna Bornéo e Thuanny Costa. Roteiro: Joel Zito Araújo e Dandara. Música: Bukassa Kabengele. S.i: Ceert, 2003. (24 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1Qtlb5cru0A>. Acesso em: 12/01/2017.